



Linx Sistemas e Consultoria Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor independente

Índice

<u>Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras</u>	<u>3</u>
<u>Balço Patrimonial</u>	<u>6</u>
<u>Demonstração dos Resultados</u>	<u>8</u>
<u>Demonstração dos Resultados Abrangentes</u>	<u>9</u>
<u>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</u>	<u>10</u>
<u>Demonstração dos Fluxos de Caixa</u>	<u>11</u>
<u>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</u>	<u>12</u>

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Linx Sistemas e Consultoria Ltda
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linx Sistemas e Consultoria Ltda (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linx Sistemas e Consultoria Ltda em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

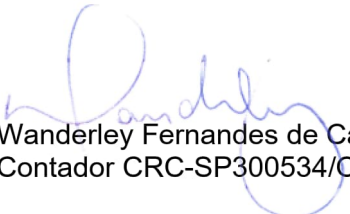
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-SP300534/O

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.**Balço patrimonial**31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	96.830	19.568
Aplicações financeiras	7	34.757	7.142
Contas a receber de clientes	8	204.184	181.124
Tributos a recuperar	9	16.173	19.354
Créditos com partes relacionadas	10	12.648	10.688
Outros créditos	11	24.814	54.163
		389.406	292.039
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	8	15.243	11.429
Outros créditos	11	28.248	25.217
		43.491	36.646
Investimentos	12	139.669	174.809
Imobilizado	13	111.926	146.760
Intangível	14	1.235.954	1.061.716
		1.487.549	1.383.285
		1.531.040	1.419.931
Total do ativo		1.920.446	1.711.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	60.033	47.312
Arrendamento a pagar	16	9.552	15.382
Obrigações trabalhistas	17	81.580	66.830
Impostos e contribuições a recolher		14.462	13.495
Contas a pagar por aquisição de controladas	18	55.617	37.708
Receita diferida	19	15.516	23.820
Débitos com partes relacionadas	10	3.839	9.961
Outros passivos	21	16.198	10.700
		256.797	225.208
Não circulante			
Arrendamento a pagar	16	41.659	71.762
Obrigações trabalhistas	17	2.750	1.702
Contas a pagar por aquisição de controladas	18	11.396	15.640
Tributos diferidos	20	104.147	76.303
Receita diferida	19	1.669	1.452
Débitos com partes relacionadas	10	—	3.572
Provisão para contingências	23	24.114	22.325
Outros passivos	21	5.826	6.921
		191.561	199.677
Total do passivo		448.358	424.885
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	1.604.894	1.415.878
Reservas de capital	22.2	50.398	43.423
Ajuste de avaliação patrimonial		1.197	—
Outros resultados abrangentes		6.707	6.230
Prejuízos acumulados		(191.108)	(178.446)
		1.472.088	1.287.085
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.920.446	1.711.970

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	24	972.032	846.220
Custo dos serviços prestados	25	(346.551)	(312.004)
Lucro bruto		<u>625.481</u>	<u>534.216</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	26	(179.489)	(216.701)
Pesquisa e desenvolvimento	26	(153.797)	(130.135)
Vendas	26	(209.962)	(171.618)
Outras receitas (despesas), operacionais	26	(16.384)	(23.544)
		<u>(559.632)</u>	<u>(541.998)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	12	(52.780)	(112.804)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		<u>13.069</u>	<u>(120.586)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		23.500	12.482
Despesas financeiras		(35.269)	(48.718)
	27	<u>(11.769)</u>	<u>(36.236)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.300</u>	<u>(156.822)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(13.963)	4.464
Prejuízo do exercício		<u>(12.663)</u>	<u>(152.358)</u>

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)



	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(12.663)	(152.358)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	(4.905)	(928)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		
Efeito da aplicação da hiperinflação	5.384	4.929
Total dos resultados abrangentes	(12.184)	(148.357)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação Patrimonial	Plano de opções de ações	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.097.877	—	44.841	(26.088)	2.229	1.118.859
Aumento de capital		318.001	—	—	—	—	318.001
Plano de opções de ações		—	—	(1.418)	—	—	(1.418)
Efeito da aplicação da hiperinflação		—	—	—	—	4.929	4.929
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		—	—	—	—	(928)	(928)
Prejuízo do exercício		—	—	—	(152.358)	—	(152.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.415.878	—	43.423	(178.446)	6.230	1.287.085
Aumento de capital	22.1	189.016	—	—	—	—	189.016
Plano de opções de ações		—	—	6.975	—	—	6.975
Efeito da aplicação da hiperinflação		—	—	—	—	5.382	5.382
Ajuste de avaliação patrimonial		—	1.197	—	—	—	1.197
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		—	—	—	—	(4.905)	(4.905)
Prejuízo do exercício		—	—	—	(12.662)	—	(12.662)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.604.894	1.197	50.398	(191.108)	6.707	1.472.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(12.662)	(152.358)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	12/13	72.283	119.471
Resultado de equivalência patrimonial	12	52.780	112.804
Adição (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	8	(264)	(2.525)
Perdas (ganhos) na baixa/alienação de bens		36.151	6.532
Ajuste de avaliação patrimonial			—
Ajuste a valor presente		321	3.973
Plano de opção de compra de ações		6.788	(1.406)
Encargos financeiros		7.280	46.205
Impostos diferidos	20	27.843	(4.464)
Provisões para contingências	23	1.789	(3.468)
Outras receitas (despesas) operacionais		6.571	4.873
Receita com aplicação financeira		(4.353)	(2.884)
Efeito da aplicação da hiperinflação		1.621	—
		208.810	279.111
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(25.487)	(7.796)
Tributos a recuperar		4.568	(5.380)
Outros créditos e depósitos judiciais		(10.249)	48.188
Fornecedores		4.966	11.897
Obrigações trabalhistas		14.209	11.912
Impostos e contribuições a recolher		612	1.345
Receita diferida		(10.287)	(1.238)
Outras contas a pagar		45.125	(1.066)
Fluxo de caixa gerados pelas atividades operacionais		219.605	184.615
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado		(9.119)	(14.190)
Aquisição de ativo intangível		(215.838)	(88.459)
Aquisição de sociedade, líquido de caixa e equivalentes		(6.957)	—
Aumento de capital	22	189.016	318.001
Aporte de aplicações financeiras		(564.487)	(869.674)
Aumento de capital em controladas	12	(11.216)	(104.058)
Resgate de juros e aplicação financeira		539.838	968.419
Caixa e equivalente de caixa proveniente de empresas incorporadas		4.992	3.485
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades de investimentos		(73.771)	213.524
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos :			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		—	(297.392)
Pagamentos de arrendamento mercantil	16	(20.418)	(35.889)
Encargos financeiros pagos	16	—	(28.524)
Pagamentos de aquisição de controladas	18	(46.214)	(33.803)
Fluxo de caixa aplicados pelas atividades de financiamentos		(66.632)	(395.608)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		(1.940)	532
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		77.262	3.063
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	19.568	16.505
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	6	96.830	19.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

Fundada em 1985 e com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 7º andar, São Paulo - Capital, a Linx Sistema e Consultoria Ltda. ("Empresa" ou "Linx Sistemas"), uma sociedade limitada controlada pela Linx S.A. e em última instância pela StoneCo Ltda ("StoneCo").

A Empresa que diretamente e por meio de suas controladas fornece soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento, para o setor varejista na América Latina. A Empresa oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado.

1.1. Demonstrações Consolidadas

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam:

- A Empresa é controlada integralmente pela Linx S.A., a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas;
- A Empresa não negocia suas ações no mercado de capitais;
- A Empresa não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") visando negociar suas ações no mercado de capitais;
- Sua controladora (Linx S.A.) disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de abril de 2023.

2.3. Reclassificação

A rubricas de direito de uso para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi reclassificada para adequar a apresentação seguindo os mesmos parâmetros divulgados pelo Grupo StoneCo, permitindo, assim a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	31/12/2021	Reclassificação	31/12/2021
	Publicado		Reapresentado
Ativo			
Não circulante			
Imobilizado	72.232	74.528	146.760
Direito de uso	74.528	(74.528)	—
Total	146.760	—	146.760

3. Principais políticas contábeis

A seguir, são apresentadas as políticas contábeis mais relevantes aplicadas pela Empresa.

3.1. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A Empresa mensura o valor justo de instrumentos classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Empresa determinara se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3.2.1 Ativos financeiros

3.2.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

3.2.1.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.2.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Empresa. A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e demais contas a receber.

3.2.1.2.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Empresa não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

3.2.1.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Empresa nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasses, ela avalia se, e em quais medidas, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere, nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Empresa.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

3.2.1.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados inclui fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contratos, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

3.2.2. Passivos financeiros

3.2.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem: Fornecedores, contas a pagar aquisição de controladas, arrendamento a pagar e outros passivos.

3.2.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do IFRS 9/CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designa nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

3.2.2.2.1. Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, os passivos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e passivo de arrendamento.

3.2.2.2.2. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria pode também incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos.

Esta categoria inclui contraprestação contingente incluída em Contas a pagar aquisição controladas.

3.2.2.3. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3. Classificação como circulante e não circulante

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.4. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo total da contraprestação transferida na data da combinação de negócios compreendendo ativos transferidos, instrumentos patrimoniais emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da transação. Adicionalmente, é considerado o valor de quaisquer participações de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a Empresa escolhe mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na proporção da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições relevantes à data de aquisição. A Empresa identifica e mensura os ativos adquiridos e os passivos assumidos pelo valor obtido em avaliações preliminares na data de aquisição. A Empresa tem até 12 meses após cada uma das aquisições para concluir as avaliações e contrata uma consultoria especializada independente para realizar estes trabalhos. Quando os trabalhos são concluídos pela consultoria independente, a Empresa reconhece a diferença entre os valores preliminares e os valores finais relativos à aquisição em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme apropriado.

Após o reconhecimento inicial dos ativos imobilizados e intangíveis identificados, a Empresa contabiliza as depreciações e amortizações pelo método e vidas úteis definidas no reconhecimento inicial com base nas avaliações preliminares até que as avaliações finais estejam disponíveis.

Passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição são mensurados ao valor justo. Subsequentemente, até que os passivos sejam liquidados, cancelados ou expirem, eles são reconhecidos pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido e o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor da contraprestação contingente devem ser reconhecidas no resultado. Para avaliar a contraprestação contingente, a Empresa considera diferentes probabilidades de cenários e fluxos de caixa contratuais futuros descontados às taxas de juros disponíveis no mercado para instrumentos financeiros similares.

O ágio compreende o excesso entre (i) a soma dos valores de contraprestação transferida, participações de não controladores e qualquer participação anterior detida ("contraprestação agregada transferida") e (ii) o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, a Empresa reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excesso do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, o ganho por compra vantajosa resultante da transação é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio é testado para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, em 31 de dezembro de cada exercício contábil, ou sempre que houver indicação de que o ágio possa ter se desvalorizado.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.6. Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Empresa a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisão para perda esperada. Os valores a receber de clientes no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data-base.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

3.7.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. A Empresa considera as regras fiscais brasileiras que estão em vigor à data do balanço para determinar os ativos e passivos fiscais são as regras.

A alíquota combinada aplicada pela Empresa é 34%, compreendendo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada).

A Empresa reconhece o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30 % do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados.

Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano.

3.7.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Empresa gere lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Empresa que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Empresa apresenta estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida.

A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida.

3.8. Imobilizado

3.8.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

3.8.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.8.3. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A tabela a seguir apresenta as vidas úteis estimadas em 31 de dezembro de 2022:

	Vida útil estimada (anos)
Pin Pads e POS	5
Equipamentos de informática	3-5
Instalações	5-25
Imóveis	25
Máquinas e equipamentos	5-10
Móveis e utensílios	5-10
Veículos	2-5

3.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

3.9.1. Ágio

O custo do ágio é contabilizado pelo método de aquisição ao valor justo e o teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

3.9.2. Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

3.9.3. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2022 são demonstradas a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Software	3-10
Relacionamento com clientes	2-20
Marcas e patentes	7-20
Acordo de não-competição	5
Licença de uso	3-5

A Empresa avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos intangíveis e verificou uma mudança no padrão de consumo de determinados softwares gerados internamente, ajustando a vida útil desses ativos de 3 anos para 4 ou 10 anos, dependendo as características da tecnologia. O efeito da referida alteração foi tratado como uma alteração de estimativa de acordo com o CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme requerido pelo CPC 04 / IAS 38 – Ativo Intangível. Consequentemente, a mudança deve ser aplicada prospectivamente. A alteração resultou em uma redução de R\$ 28.783 na despesa de amortização na demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

3.11. Arrendamentos - Empresa como arrendatária

3.11.1. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamentos pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certo de ser exercido pela Empresa, e pagamentos de multas pela rescisão de uma locação, se o prazo da locação refletir a Empresa que exerce a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que determina o pagamento ocorre.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Empresa usa a taxa de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não for facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos feitos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento mercantil, uma mudança nos pagamentos fixos de arrendamentos de substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente.

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo, bem como também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra. Arrendamentos de baixo valor são aqueles em que o valor do ativo subjacente é igual ou inferior a cinco mil dólares norte-americanos. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

3.11.2. Ativo de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Empresa obtenha a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período mais curto entre a vida útil estimada e o prazo do arrendamento.

3.12. Provisões e passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

3.12.1. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3.12.1.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12.2. Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (IAS 37/CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.

3.13. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.14. Receita de contrato com cliente

A receita é reconhecida quando a Empresa transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Empresa espera receber em troca desses serviços. A Empresa concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Empresa aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

1. identificação dos contratos com o cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
5. reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais.

A Empresa reconhece suas receitas de software que compreendem taxas de licenciamento, receita de assinatura e receita de serviço que inclui implementação e personalização. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente.

- Receitas de assinaturas: São receitas recorrentes oriundas de: (1) receitas relacionadas a serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem fornecido pela Empresa ou em nuvem de terceiros, ou ainda baseada na própria infraestrutura interna do cliente, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software ou utilizá-lo em sua infraestrutura de TI ou um de um terceiro; e (2) receitas relacionadas a suporte tecnológico, “helpdesk”, aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de “software”, pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Manutenção mensal é agregada em um contrato cujo prazo geralmente é de doze meses. Receitas de assinaturas mensais não são reembolsáveis e são faturadas e pagas mensalmente. Essas receitas são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.
- Receitas de serviços são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos “software” e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização.
- Receita de Royalties - As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando determina o momento quando todos os riscos e benefícios da licença são transferidos mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Empresa.

Valores recebidos relativos a serviços ainda não prestados são reconhecidos como receita diferida (passivo) no balanço patrimonial.

3.14.1. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho

Os contratos da Empresa com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Empresa contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Empresa para cada elemento em transações separadas ou custo esperado acrescido de uma margem. Para situações limitadas, em que o preço de venda individual relativo para um elemento que não pode ser avaliado em uma base anterior, a receita é alocada primeiro ao elemento em que o preço de venda individual relativo foi estabelecido e o montante residual é atribuído ao elemento sem preço de venda individual relativo.

3.15. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários da Empresa recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Empresa como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga.

A Empresa oferece ações restritas para funcionários (CLT ou Estatutários) os quais terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período e elegíveis com base na avaliação de performance.

3.15.1. Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Empresa utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Empresa sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

3.16. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.16.1. Previdência privada

A Empresa não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

3.16.2. Participação nos lucros

A Empresa possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

3.16.3. Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Empresa oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Empresa é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Empresa e são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

3.17. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais, variação cambial, atualização monetária de contingências e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

3.18. Conversão de moeda estrangeira

3.18.1 Demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação.

Para cada controlada, a Empresa determina sua moeda funcional. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional da maioria das controladas da Companhia também é o real brasileiro, exceto pelo Grupo Napse.

As moedas funcionais das diferentes entidades do Grupo Napse são o dólar norte-americano, o peso argentino, o peso chileno, o peso mexicano, o Nuevo Sol e o peso uruguaio.

As demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional diferente do real, têm suas demonstrações financeiras convertidas para reais usando (i) as taxas de câmbio da data de apresentação para ativos e passivos, (ii) taxas de câmbio médias mensais para lucro ou prejuízo, e (iii) a taxa de câmbio na data da transação para transações patrimoniais. Ganhos e perdas cambiais decorrentes da conversão são registrados em Outros Resultados Abrangentes ("ORA").

3.18.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas pela Empresa em sua moeda funcional pela taxa de câmbio à vista na data em que a transação se qualifica para o reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros do Grupo denominados em moedas estrangeiras.

3.19. Demonstrações financeiras em economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS 29/CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse S.R.L., situada na Argentina.

De acordo com o IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

3.20. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as seguintes transações não afetaram o caixa.

	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição de computadores, móveis e instalações incluídos em fornecedores a pagar	2.162	3.756
Aquisição de software e software desenvolvido incluídos em fornecedores a pagar	5.460	6.799

3.21. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: As alterações aplicam-se a uma "abordagem de custos diretamente relacionados", determinando que os custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluem custos incrementais e custos alocados diretamente que se relacionam ao cumprimento do contrato.
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – taxas no teste de 10% para o desreconhecimento de passivos financeiros: A alteração esclarece quais taxas uma entidade deve incluir ao avaliar no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 3 – Combinação de negócios: As alterações substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em março de 2018.
- IAS 16: A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo do imobilizado, quaisquer receitas da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido pela administração. Em vez disso, a entidade deve reconhecer tais receitas e custos no resultado do período.
- IAS 41 - Tributação nas mensurações pelo justo valor: A alteração elimina a exigência de que as entidades excluam das estimativas dos fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurarem o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas.
- IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: A alteração simplifica o reconhecimento de ajustes acumulados de conversão por uma controlada que adote o IFRS pela primeira vez após sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa.

3.22. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas a seguir. O Grupo pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Emendas à IAS 1 - Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- Alteração à IAS 12 – Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

- IFRS 17 – contratos de seguro: Esta norma substitui a IFRS 4, que atualmente permite uma ampla variedade de práticas na contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 irá alterar fundamentalmente a contabilização de todas as entidades que emitem contratos de seguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. As alterações são efetivas para os períodos de exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
- Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments e ao IAS 8. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para os períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
- Emendas ao IFRS 16: Em setembro de 2022, o IASB emitiu a emenda ao IFRS 16. A alteração clarifica a mensuração subsequente dos passivos de arrendamento relacionados com operação de venda e realocação de imóveis, principalmente para os contratos de locação que os pagamentos são variáveis e não dependem de um índice ou taxa. As alterações são efetivas para os períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Empresa não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.

4. Reestruturação societária

4.1. Incorporação Mercadapp

Em 1º de janeiro de 2022, foi efetivada a incorporação da Mercadapp Soluções em Software Ltda. (“Mercadapp”), onde o acervo líquido foi consolidado pela controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda.

O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 30 de setembro de 2021 do acervo líquido da Mercadapp:

Ativo		Passivo	
Caixa e equivalente de caixa	720	Fornecedores	44
Contas a receber	53	Obrigações sociais	595
Adiantamento a fornecedores	16	Obrigações tributárias	140
Ativo circulante	789	Passivo circulante	779
		Doações e Subvenções para investimentos	31
		Passivo não circulante	31
		Capital social	785
		Reserva de lucros	83
Imobilizado	63	Prejuízos acumulados	(826)
Ativo não circulante	63	Patrimônio líquido	42
Total do ativo	852	Total do passivo e patrimônio líquido	852

O acervo líquido da Mercadapp Soluções em Software Ltda., foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade em 29 de dezembro de 2021. A incorporação da Mercadapp, não acarretou aumento de capital ou alterações nas participações acionárias da Companhia.

4.2. Incorporação Plugg.to

Em 03 de novembro de 2022, foi emitido o laudo de avaliação patrimonial e efetivada a incorporação da Thirdlevel Soluções de Internet S.A. (“Plugg.to”), onde o acervo líquido foi consolidado pela controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda.

O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 03 de novembro de 2022:

Ativo		Passivo	
Caixa e equivalente de caixa	1.928	Fornecedores	89
Contas a receber	1.473	Obrigações sociais	994
Outros créditos	95	Obrigações tributárias	124
Ativo circulante	3.496	Passivo circulante	1.207
		Obrigações tributárias	91
Imobilizado	10	Receita diferida	2.200
Ativo não circulante	10	Passivo não circulante	2.291
		Capital social	3.105
		Lucros (Prejuízos) acumulados	(3.097)
		Patrimônio líquido	8
Total do ativo	3.506.000	Total do passivo e patrimônio líquido	3.506.470

4.3. Cisão parcial MAV Participações S.A

Em 1º de abril de 2022, foi efetivada a cisão da MAV Participações S.A, onde o acervo líquido foi formado por determinados ativos e passivos (intangível, IR e CSLL diferidos) com data de 28 de fevereiro de 2022 da STNE Participações S.A. para fins de cisão parcial para o aporte de capital na controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. Foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade, o valor de R\$ 30.251, de acervo líquido em que acarretou o aumento de capital da empresa.

4.4. Cisão parcial Nodis

Em 31 de agosto de 2022, foi aprovada a cisão da Nodis Tecnologia S.A, onde o acervo líquido foi formado por determinados ativos (intangível) com data de 30 de junho de 2022 da STNE Participações para fins de cisão parcial para o aporte de capital na controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. Foi avaliado por peritos que emitiram laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade, o valor de R\$ 17.171, de acervo líquido em que acarretou o aumento de capital da empresa.

4.5. Cisão parcial Clinicweb

Em 29 de novembro de 2022, foi emitido o laudo avaliado por peritos, onde o acervo líquido foi formado por determinados ativos (intangível) com data de 30 de setembro de 2022 da Vitta Tecnologia em Saúde S.A para incorporação pela empresa Linx Sistemas e Consultoria Ltda. Conforme a avaliação dos peritos a avaliação do patrimônio líquido da sociedade, o valor de R\$ 956, de acervo líquido em que acarretou o aumento de capital da empresa.

5. Combinação de negócios

Em 08 de junho de 2022, a Empresa adquiriu 100% de participação acionária na ThirdLevel Soluções de Internet S.A. (“Plugg.to”), empresa privada com sede no Estado de São Paulo, Brasil. A Plugg.to desenvolve tecnologia que funciona como um hub de marketplace, oferecendo integrações rápidas e inteligentes entre plataformas de lojas virtuais, ERPs e marketplaces, com as quais o Grupo espera obter sinergias no atendimento aos clientes.

A Plugg.to foi incorporada pela Empresa em 3 de novembro de 2022.

5.1. Informações financeiras do negócio adquirido

Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios, mensurados a valor justo, e o valor do ágio originado nas transações são apresentados a seguir:

Valor Justo	Plugg.to (Em 08 de Junho de 2022) ^(a)
Caixa e equivalentes de caixa	362
Contas a receber de clientes	1.864
Impostos a recuperar	91
Intangível - Relacionamento com clientes ^(b)	2.089
Intangível - Software ^(b)	34.141
Outros ativos	8
Total do ativo	38.555
Fornecedores	3.943
Salários e encargos sociais	541
Impostos a recolher	313
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.318
Total do passivo	17.115
Ativos e passivos líquidos	21.440
Contraprestação transferida (Nota 5.3)	46.038
Ágio	24.598

(a) A identificação e mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos, contraprestação transferida e ágio são finais.

(b) O Grupo efetuou avaliação final do valor justo dos ativos adquiridos na combinação de negócios, tendo identificado relacionamento com clientes e softwares como ativos intangíveis. Detalhes sobre os métodos e premissas adotados para avaliar esses ativos estão descritos na Nota 5.2.

5.2. Ativos intangíveis resultantes das combinações de negócios

As premissas adotadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios estão descritas a seguir:

5.2.1. Relacionamento com o clientes

	Plugg.to
Valor	2.089
Método de avaliação	Método de distribuição
Vida útil estimada ^(a)	3 anos e 7 meses
Taxa de desconto ^(b)	15,0%
Fonte das informações	Projeções internas da Administração
Status de avaliação	Final

(a) As vidas úteis foram estimadas com base em benchmarks internos.

(b) A taxa de desconto utilizada foi equivalente ao custo médio ponderado de capital combinado com o risco do setor.

5.2.2. Software

	Plugg.to
Valor	34.141
Método de avaliação	MEEM (*)

Vida útil estimada ^(a)	5 anos
Taxa de desconto ^(b)	15,0%
Fonte das informações	Projeções internas da Administração
Status de avaliação	Final

(*) Multi-Period Excess Earnings Method (“MEEM”).

(a) As vidas úteis foram estimadas com base em benchmarks internos.

(b) A taxa de desconto utilizada foi equivalente ao custo médio ponderado de capital combinado com o risco do setor.

5.3. Contraprestação transferida

A contraprestação transferida na combinação de negócios é composta pela soma dos seguintes valores, se houver: (a) contraprestação transferida, (b) participação de não controladores na adquirida e (c) valor justo da participação societária anteriormente detida pela adquirente na adquirida adquirido. A contraprestação transferida é apresentada a seguir.

	Plugg.to
Contraprestação paga em caixa aos acionistas vendedores	20.880
Contraprestação a pagar em caixa aos acionistas vendedores	16.744
Contraprestação contingente ^(a)	8.414
Total	46.038

(a) O acordo com os acionistas vendedores prevê uma contraprestação contingente vinculada ao alcance de determinadas metas operacionais e ao desempenho da receita líquida para os exercícios fiscais de 2023 e 2024, que será paga aos acionistas vendedores após o encerramento do exercício de 2023 para as métricas financeiras e após o encerramento do exercício de 2024 para as métricas operacionais.

5.4. Receita e contribuição para o lucro

A demonstração do resultado da Plugg.to desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:

	2022
Receita líquida de serviços de assinatura e aluguel de equipamentos	6.691
Outras receitas financeiras	64
Total da receita	6.755
Custo dos serviços	(465)
Despesas administrativas	(4.002)
Despesas com vendas	(696)
Despesas financeiras, líquidas	(130)
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.293)
Lucro antes do imposto de renda	1.462
Imposto de renda e contribuição social corrente	—
Lucro líquido do ano	1.462

A receita total e o lucro líquido do Grupo são apresentados a seguir em base pró-forma, assumindo a aquisição no início do ano:

	2022
Receita total pró-forma	989.900
Prejuízo líquido pró-forma do ano	(12.662)

Estas informações financeiras pró-forma são apresentadas apenas para fins informativos e não pretendem representar quais seriam os resultados das operações da Companhia se tivesse concluído a aquisição na data assumida, nem é necessariamente indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos – em moeda nacional	17.090	13.528
Caixa e bancos – em moeda estrangeira	4.859	5.174
Aplicações financeiras de curto prazo ^(a)	74.881	866
Total	96.830	19.568

^(a) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 havia aplicações em moeda estrangeira.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Interbancário (CDI) remunerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pela taxa de 96,34% (75,28% em 31 de dezembro de 2021).

A exposição da Empresa a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota 28.

7. Aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimentos	34.757	7.142
Total	34.757	7.142

A Administração tem por política a utilização destes recursos, substancialmente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas, pagamento de JSCP (juros sobre capital próprio) e dividendos, não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional.

A exposição da Empresa a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota 28.

8. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	232.310	204.892
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(11.812)	(11.671)
(-) Ajustes a valor presente	(1.071)	(668)
	219.427	192.553
Ativo circulante	204.184	181.124
Ativo não circulante	15.243	11.429
	219.427	192.553

Os títulos e a respectiva provisão possuem a seguinte composição:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Duplicata a receber	Provisão de perdas	Duplicata a receber	Provisão de perdas
A vencer				
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	201.521	(19)	176.164	(20)
De 1 a 30 dias	7.395	(29)	6.365	(50)
De 31 a 60 dias	3.945	(70)	4.098	(85)
De 61 a 90 dias	3.724	(170)	2.504	(131)
De 91 a 180 dias	5.140	(939)	5.884	(1.508)
Acima de 181 dias	10.585	(10.585)	9.877	(9.877)
Total	232.310	(11.812)	204.892	(11.671)

A Empresa constitui a PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Empresa para cobrir eventuais perdas. A Empresa também constitui provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Empresa ser diluída.

A movimentação desta provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(11.671)	(8.529)
Adições de provisões	(4.882)	(5.146)
Utilizações/reversões	4.741	2.004
Saldo final	(11.812)	(11.671)

9. Tributos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições retidos na fonte	15.739	19.031
PIS e COFINS	416	227
Outros	18	96
	16.173	19.354

10. Partes relacionadas

Credor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	Ativo	
			31/12/2022	31/12/2021
Napse S.R.L. ("Grupo Napse")	Mútuo	3,00%	3.995	3.618
Neostore Desenvolvimento De Programas De Computador S.A. ("Neomode")	Mútuo	100% do CDI	1.266	—
Maker Soluções Tecnológicas Ltda.	Mútuo	100% do CDI	1.029	—
Moovin - Plataforma E-commerce Ltda.	Mútuo	100% do CDI	900	—
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Linx Pay")	Mútuo	120% do CDI	—	631
Hiper Software S.A. ("Hiper")	AFAC		2.500	1.800
Linx Telecomunicações Ltda.	Nota de débito		837	—
Linx S.A. ("Linx")	Nota de débito		30	—
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Linx Pay")	AFAC		37	—
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	Nota de débito		858	4.639
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	Nota de débito		45	—
Cappta S.A. ("Cappta")	Nota de débito		75	—
STNE Participações S.A. ("STNE Par")	Nota de débito		2	—
Equals S.A. ("Equals")	Nota de débito		115	—
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")	Nota de débito		718	—
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	Nota de débito		2	—
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	Nota de débito		15	—
MNLT S.A. ("MNLT")	Nota de débito		207	—
Stone Franchising Ltda. ("Franchising")	Nota de débito		1	—
Vitta Corretora de Seguros ("Grupo Vitta")	Nota de débito		2	—
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Grupo Vitta")	Nota de débito		3	—
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("TAG")	Nota de débito		11	—
			12.648	10.688

Devedor	Tipo de operação	Passivo	
		31/12/2022	31/12/2021
Linx Telecomunicações Ltda.	Nota de débito	1.954	—
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. (“Linx Pay”) ^(a)	Outros ^(a)	—	13.533
STNE Participações S.A. (“STNE Par”)	Nota de débito	106	—
Equals S.A. (“Equals”)	Nota de débito	1.069	—
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. (“Pagar.me”)	Nota de débito	43	—
Stone Instituição de Pagamento S.A. (“Stone Pagamentos”)	Nota de débito	279	—
MNLT S.A. (“MNLT”)	Nota de débito	363	—
Vitta Corretora de Seguros (“Grupo Vitta”)	Nota de débito	2	—
Vitta Tecnologia em Saúde Ltda. (“Grupo Vitta”)	Nota de débito	23	—
		3.839	13.533
Circulante		3.839	9.961
Não circulante		—	3.572
		3.839	13.533

^(a) Trata-se do saldo de adiantamento a funcionários da Linx Sistemas realizado pela Linx Pay.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Empresa e em condições acordadas entre as partes.

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração (12 administradores em 2022 e 6 administradores em 2021), relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são resumidas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefício de curto prazo a empregados		
Pagamento de Pró-Labore	13.458	46.397
Pagamentos com base em ações	5.990	13.624
	19.448	60.021

10.2. Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 17.423 (R\$ 15.668 em 31 de dezembro de 2021) e despesas financeiras referentes a juros de empréstimos e prestação de serviços no período R\$ 2.431 (R\$ 2.229 em 31 de dezembro de 2021).

11. Outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a funcionários, férias e 13º salário	2.928	10.444
Retenções para contingências - adquiridas ^(a)	16.345	14.097
Despesas antecipadas – serviços ^(b)	25.488	43.074
Reembolsos com parceiros	635	1.785
Adiantamento para fornecedores	5.346	7.886
Outros ^(c)	2.320	2.094
	53.062	79.380
Ativo circulante	24.814	54.163
Ativo não circulante	28.248	25.217
	53.062	79.380

^(a) Refere-se as parcelas contingentes das empresas Direção, Spress, Rezende, Liderança, Quadrant, CSI, LZT, BR Coelho, Big Automação, Intercamp, Percycle, Itec Informática, DCG, Napse e Millennium, conforme contratos de aquisições.

^(b) Refere-se substancialmente a despesas antecipadas referente a serviços de cloud.

^(c) Refere-se a adiantamento de despesas e depósitos judiciais.

12. Investimentos

12.1. Investimentos em controladas diretas

	Neomode	Neemo	Hiper	Humanus	Mercadapp	Plugg.to	Napse	LinX Pay	Total
Participação	40,07%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	3.741	369	(1.306)	121	—	18.466	161.891	183.282
Equivalência patrimonial	—	276	(4.682)	1.005	(994)	—	(10.155)	(98.254)	(112.804)
Baixa por incorporação	—	(4.017)	—	301	—	—	—	—	(3.716)
Aumento de capital	—	—	1.450	—	608	—	—	102.000	104.058
Ajuste de conversão acumulado	—	—	—	—	—	—	(928)	—	(928)
Efeito da atualização da hiperinflação	—	—	—	—	—	—	4.929	—	4.929
Plano de outorga opções	—	—	—	—	—	—	—	(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	—	—	(2.863)	—	(265)	—	12.312	165.625	174.809
Equivalência patrimonial	(1.467)	—	(4.357)	—	—	1.462	(1.445)	(46.973)	(52.780)
Aquisição de negócios	6.957	—	—	—	—	—	—	—	6.957
Baixa por incorporação	—	—	—	—	265	(1.462)	—	—	(1.197)
Aumento de capital	—	—	9.070	—	—	—	2.146	—	11.216
Ajuste de conversão acumulado	—	—	—	—	—	—	(3.284)	—	(3.284)
Efeito da atualização da hiperinflação	—	—	—	—	—	—	3.761	—	3.761
Plano de outorga opções	—	—	68	—	—	—	119	—	187
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.490	—	1.918	—	—	—	13.609	118.652	139.669

12.2. Informações de controladas diretas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido	
Controladas							
Napse S.R.L. (“Grupo Napse”)		24.593	12.027	22.896	115	13.609	(1.493)
Hiper Software S.A. (“Hiper”)		3.002	7.718	7.791	1.011	1.918	(4.350)
LinX Pay Meios de Pagamento Ltda. (“LinX Pay”)		21.241	125.072	25.018	2.643	118.652	(46.973)
Coligadas							
Neostore Desenvolvimento De Programas De Computador S.A. (“Neomode”)		2.800	2.921	7.664	2.233	(4.176)	(3.665)

13. Imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Incorporações (a)	Saldo em 31/12/2022
Equipamentos de informática	86.180	9.363	(2.502)	(5.580)	—	87.461
Instalações	45.952	2.718	(13)	17.327	16	66.000
Máquinas e aparelhos e equipamentos	24.255	374	(415)	(6.318)	81	17.977
Móveis e utensílios	9.028	267	(1.077)	42	—	8.260
Veículos	507	—	(221)	(35)	—	251
Direito de uso - Imóveis	107.761	2.310	(28.916)	—	—	81.155
Custo	273.683	15.032	(33.144)	5.436	97	261.104
Equipamentos de informática	(53.703)	(10.270)	1.854	2.853	—	(59.266)

Instalações	(24.735)	(5.053)	3.165	(10.416)	(8)	(37.047)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(10.877)	(1.987)	243	2.127	(16)	(10.510)
Móveis e utensílios	(3.868)	(833)	641	—	—	(4.060)
Veículos	(507)	(41)	193	—	—	(355)
Direito de uso - Imóveis	(33.233)	(11.967)	7.260	—	—	(37.940)
Depreciação acumulada	(126.923)	(30.151)	13.356	(5.436)	(24)	(149.178)
Imobilizado de uso	146.760	(15.119)	(19.788)	—	73	111.926

^(a) Referem-se aos saldos de imobilizado das empresas Mercadapp e Plug.to incorporados no exercício 2022 (Nota 4.1 e 4.2).

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Equipamentos de informática	73.455	13.665	(286)	(654)	86.180
Instalações	46.642	593	(1.283)	—	45.952
Máquinas e aparelhos e equipamentos	23.698	528	(561)	590	24.255
Móveis e utensílios	9.378	77	(491)	64	9.028
Veículos	7.997	3.267	(10.757)	—	507
Direito de uso - Imóveis	103.122	12.015	(7.376)	—	107.761
Custo	264.292	30.145	(20.754)	—	273.683

Equipamentos de informática	(46.153)	(7.790)	240	—	(53.703)
Instalações	(22.541)	(2.853)	659	—	(24.735)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(9.632)	(1.745)	500	—	(10.877)
Móveis e utensílios	(3.365)	(736)	233	—	(3.868)
Veículos	(3.930)	(1.585)	5.008	—	(507)
Direito de uso - Imóveis	(19.438)	(13.795)	—	—	(33.233)
Depreciação acumulada	(105.059)	(28.504)	6.640	—	(126.923)
Imobilizado de uso	159.233	1.641	(14.114)	—	146.760

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Empresa, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação (as premissas utilizadas estão divulgadas na Nota 14.1). Adicionalmente, para a data-base de 31 de dezembro de 2022, a Empresa avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros devido ao cenário do Covid-19 e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por impairment.

14. Intangível

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Cisão ^(a)	Saldo em 31/12/2022
Ágio	760.189	49.426	(24.827)	—	—	26.608	811.396
Relacionamento com o cliente	173.472	12.407	—	—	2.089	2.988	190.956
Marcas e patentes	46.213	—	(1)	—	—	—	46.212
Software	356.418	107.729	(2.757)	241.154	34.141	20.902	757.587
Licenças de uso	254.468	—	—	(241.154)	—	—	13.314
Ativos de direito de uso - Software	—	1.238	(240)	—	—	—	998
Custo	1.590.760	170.800	(27.825)	—	36.230	50.498	1.820.463
Relacionamento com o cliente	(112.356)	(17.236)	—	—	—	(639)	(130.231)
Marcas e patentes	(6.745)	(144)	—	—	—	—	(6.889)
Software	(61.847)	(36.986)	61	(191.319)	—	(520)	(290.611)
Licenças de uso	(348.097)	—	—	191.319	—	—	(156.778)

Amortização	(529.045)	(54.366)	61	—	—	(1.159)	(584.509)
Intangível em uso	1.061.715	116.434	(27.764)	—	36.230	49.339	1.235.954

^(a) Referem-se aos saldos de intangível das empresas MAV Participações, Nodis e Clinicweb cindidos no exercício 2022 (Nota 4.3, 4.4 e 4.5).

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2021
Ágio	759.500	—	—	—	689	760.189
Relacionamento com o cliente	168.612	4.860	—	—	—	173.472
Marcas e patentes	46.199	3	—	12	—	46.214
Software	281.434	12.695	—	62.289	—	356.418
Licenças de uso	239.026	77.791	(48)	(62.301)	—	254.468
Ativos de direito de uso - Software	18.022	—	(18.022)	—	—	—
Custo	1.512.793	95.349	(18.070)	—	689	1.590.761
Relacionamento com o cliente	(97.431)	(14.925)	—	—	—	(112.356)
Marcas e patentes	(6.156)	(589)	—	—	—	(6.745)
Software	(54.261)	(10.453)	2.867	—	—	(61.847)
Licenças de uso	(299.261)	(45.969)	(2.867)	—	—	(348.097)
Amortização	(457.109)	(71.936)	—	—	—	(529.045)
Intangível em uso	1.055.684	23.413	(18.070)	—	689	1.061.716

14.1. Teste de redução ao valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia indicativos de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida definida.

A Empresa realiza anualmente seu teste obrigatório de recuperabilidade de ativos testando o valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou grupos de UGCs que contenham ágio e / ou ativos intangíveis de vida útil indefinida. A Empresa constitui uma única UGC. A tabela a seguir apresenta uma descrição da UGC, bem como os saldos de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida a ela alocados no teste de recuperabilidade de ativos de 2022:

UGC	Descrição	Ágio alocado (em 30 de novembro de 2022)	Ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado (em 30 de novembro de 2022)
Linx Sistemas	Oferta de soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento, para o setor varejista na América Latina.	811.396	39.325

Os testes anuais de recuperabilidade de ativos realizados em 30 de novembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não resultaram na necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos. A partir de 2022, a data-base do teste anual de recuperabilidade de ativos, obrigatório devido à existência de ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida, foi alterada de 31 de dezembro a 30 de novembro. Esta mudança teve como objetivo melhor alinhar a data-base do teste com o cronograma do orçamento financeiro e ciclo de projeções da Empresa e permitir mais tempo para realizar o teste desde a sua data-base até a data de aprovação das demonstrações financeiras da Empresa. Em anos futuros, o cronograma do orçamento financeiro e ciclo de projeções pode ser novamente antecipado, o que pode afetar o cronograma do teste anual obrigatório de recuperabilidade de ativos, para uma data não anterior a 30 de setembro.

O valor recuperável da UGC da Empresa em 30 de novembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi determinado com base no cálculo do valor em uso considerando projeções de fluxo de caixa de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração da Empresa, cobrindo um período de 5 anos em 2022 e de 10 anos em 2021.

As principais premissas consideradas no cálculo do valor em uso foram as seguintes:

- Fluxo de caixa livre médio para o patrimônio para o período previsto de 5 anos.
- Taxa média de crescimento anual durante o período de projeções de 5 anos, com base no desempenho passado e nas expectativas da administração sobre o desenvolvimento do mercado e nas tendências atuais do setor, incluindo previsões de inflação de longo prazo.
- Considerada uma taxa de desconto antes dos impostos aplicada para descontar fluxos de caixa futuros de 12,2% (2021 – 10,5%), com base na taxa de juros de longo prazo, prêmio de risco país, beta ajustado da indústria e outras variáveis.
- Considerada uma taxa de crescimento na perpetuidade de 6,0% (2021 – 5,0%), com base na inflação local de longo prazo e no crescimento real.

Foi realizada uma análise de sensibilidade do teste de redução ao valor recuperável de ativos considerando três cenários independentes de deterioração das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, quais sejam: (i) aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto antes de impostos; (ii) redução de 0,5 ponto percentual na taxa de perpetuidade aplicada após o último ano de fluxo de caixa livre projetado; e (iii) redução de 10 pontos percentuais no crescimento médio anual do fluxo de caixa livre ao longo do período projetado de cinco anos. A análise de sensibilidade não resultaria em perda por redução ao valor recuperável dos ativos em nenhum dos três cenários.

14.2. Desenvolvimento de software

A atividade da controlada Linx Sistemas e Consultoria Ltda. pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. A amortização de software desenvolvido para uso interno foi registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software desenvolvido para cliente foi registrada em custo dos serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 153.797 (R\$ 130.135 em 31 de dezembro de 2021) nas Demonstrações Financeiras, referente à pesquisa e manutenção de software desenvolvido.

15. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	33.647	28.460
Provisões diversas	21.287	11.508
Provisões dedutíveis	5.099	7.344
	60.033	47.312

16. Arrendamento a pagar

	Taxa	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento de propriedade	10,27%	50.619	86.485
Arrendamento de equipamentos	10,27%	592	659
		51.211	87.144
Passivo circulante		9.552	15.382
Passivo não circulante		41.659	71.762
		51.211	87.144

As movimentações nos passivos de arrendamento a pagar são:

	Arrendamento de propriedade	Arrendamento de equipamentos	Arrendamento de cloud	Total dos passivos de atividades de financiamento
Saldo em 31 de dezembro 2020	85.319	2.537	13.935	101.791
Adição	12.015	—	—	12.015
Baixas	(2.450)	—	—	(2.450)
Pagamentos	(19.540)	(2.124)	(14.225)	(35.889)
Atualização de juros	11.141	246	101	11.488
Variação cambial	—	—	189	189
Saldo em 31 de dezembro 2021	86.485	659	—	87.144
Adição	3.775	—	—	3.775
Baixas	(24.819)	—	—	(24.819)
Pagamentos	(20.286)	(132)	—	(20.418)
Atualização de juros	5.464	65	—	5.529
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.619	592	—	51.211

Em 31 de dezembro de 2022, os arrendamentos possuem prazo médio de pagamento de 2,7 anos (31 de dezembro de 2021 – 3,2 anos).

Os pagamentos futuros e o valor presente dos pagamentos de arrendamento a pagar são apresentados a seguir:

Período	31/12/2022	31/12/2021
2023	16.188	21.924
2024	11.335	14.798
2025	10.390	13.992
2026	10.173	13.870
2027	10.075	13.782
2028	10.075	13.782
2029	655	1.001
Pagamento de arrendamento	68.891	93.149
Encargos financeiros	(17.680)	(21.387)
Valor presente dos pagamentos de arrendamento	51.211	71.762

17. Obrigações trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão férias, 13º salário e encargos	39.246	36.777
INSS a recolher	9.549	9.625
Provisão participação lucros e resultados	27.149	15.775
FGTS a pagar	3.402	3.235
Salários a pagar	—	145
Outros	4.984	2.975
	84.330	68.532
Passivo circulante	81.580	66.830
Passivo não circulante	2.750	1.702
	84.330	68.532

18. Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas não sujeitas à atualização ^(a)	36.242	19.088
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	19.466	13.633
Parcelas Napse sujeitas à atualização com base na variação cambial e LIBOR	5	10.271
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM	12.616	11.965
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	1.311	1.003
Ajuste a valor presente ^(b)	(2.627)	(2.612)
	67.013	53.348
Passivo circulante	55.617	37.708
Passivo não circulante	11.396	15.640
	67.013	53.348

^(a) Valores referentes as parcelas contratuais fixas mensais e as estimativas dos earn-outs.

^(b) Valores referentes ao AVP sobre as parcelas contratuais fixas mensais e earn-outs.

O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Período	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	7.344
2024	8.099	5.182
2025	3.297	3.114
	11.396	15.640

Do total a pagar em 31 de dezembro de 2022, R\$ 63.778 é relacionado a consideração contingente (R\$ 56.959 em 31 de dezembro de 2021). A Empresa espera liquidar integralmente os valores relativos as contraprestações contingentes e não houve alterações relevantes de expectativas em relação ao ano anterior. O valor justo destas obrigações, considerou também uma taxa de juros de mercado (Selic). A hierarquia do valor justo da consideração contingente é classificada como nível 3 (Nota 28.7).

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	53.348	77.899
Adição por aquisição ^(a)	50.446	117
Pagamentos de principal/encargos financeiros pagos	(46.214)	(33.803)
Atualização encargos financeiros/ajuste a valor presente	1.350	8.976
Contingências ^(b)	1.512	827
Baixa de Earn-Out ^(c)	6.571	(668)
	67.013	53.348

^(a) Aquisição Plugg.to e repactuação de earnout Neemo.

^(b) Valores de contingências oriundos das empresas adquiridas, compensados dos valores que a Empresa tem a pagar com os antigos administradores.

^(c) Os valores referem-se a Earn-out sobre metas das empresas adquiridas Mercadapp, Millenium, Humanus, Mercadapp, Neemo, Percycle, Setadigital e Plugg.to.

19. Receita diferida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita serviços ^(a)	13.897	21.088
Receita de royalties ^(b)	3.288	4.184
	17.185	25.272
Passivo circulante	15.516	23.820
Passivo não circulante	1.669	1.452
	17.185	25.272

^(a) Refere-se a horas contratadas pelos clientes para prestação de serviço, o reconhecimento é feito após a prestação de serviço e baixa da ficha de atendimento.

^(b) Refere-se aos saldos do diferimento dos contratos de software (Royalties) decorrentes da adoção inicial do IFRS 15/CPC 47 e movimentações subsequentes.

20. Imposto de renda e contribuição social

20.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto diferido		
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	(13.963)	4.464
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(13.963)	4.464

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.300	(156.822)
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	(442)	53.319
Diferenças permanentes		
Lei do bem	7.932	—
Resultado de equivalência patrimonial	(17.945)	(38.353)
Brindes, multas e despesas indedutíveis	—	(4.352)
Lucros auferidos no exterior	—	(1.641)
Outras diferenças líquidas	(3.508)	(4.509)
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(13.963)	4.464
Alíquota efetiva	—%	2,8%

20.2 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Reconhecido em contrapartida a ágio	Cisão ^(a)	Reconhecido em contrapartida ao resultado	31/12/2022
Prejuízo fiscal / Base Negativa	72.857	—	—	—	72.857
Diferenças temporárias	28.664	—	(1.563)	11.986	39.087
Ativos intangíveis provenientes de combinações de negócios	(177.824)	(12.318)	—	(25.949)	(216.091)
Tributos diferidos, líquidos	(76.303)	(12.318)	(1.563)	(13.963)	(104.147)

^(a) Refere-se aos saldos de intangível das empresas MAV Participações no exercício 2022 (Nota 4.3).

21. Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Antecipações de clientes	2.409	1.485
Benefício pós emprego	1.619	1.619
Parcelamento de Impostos e contribuições	85	187
Outros	17.911	14.330
	22.024	17.621
Passivo circulante	16.198	10.700
Passivo não circulante	5.826	6.921
	22.024	17.621

22. Patrimônio líquido**22.1 Capital social**

Em 17 de agosto de 2021, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente decisão dos sócios, no montante de R\$ 5.000 que passará de R\$ 1.097.877 para R\$ 1.102.877 mediante a emissão de 5.000.000 novas quotas.

Em 14 de dezembro de 2021, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente decisão dos sócios, no montante de R\$ 313.000 que passará de R\$ 1.102.877 para R\$ 1.415.878 mediante a emissão de 313.000.000 novas quotas.

Em 02 de março de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente decisão dos sócios, no montante de R\$ 10.000 que passará de R\$ 1.415.878 para R\$ 1.425.878 mediante a emissão de 10.000.000 novas quotas.

O aumento de capital será integralizado da seguinte forma, R\$ 3.500 serão integralizados na presente data e os R\$ 6.500 serão integralizados em até um ano contanto com a presente data.

Em 01 de abril de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente a cisão parcial da STNE Participações S.A. com a incorporação da parcela cindida pela Linx Sistemas e Consultoria Ltda, no montante de R\$ 30.250 que passará de R\$ 1.425.878 para R\$ 1.456.128 mediante a emissão de 30.250.831 novas quotas.

Em 28 de abril de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente decisão dos sócios, no montante de R\$ 137.000 que passará de R\$ 1.456.128 para R\$ 1.593.259 mediante a emissão de 137.000.000 novas quotas.

Em 31 de agosto de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente a cisão parcial da STNE Participações S.A. com a incorporação da parcela cindida pela Linx Sistemas e Consultoria Ltda, no montante de R\$ 17.171 que passará de R\$ 1.593.259 para R\$ 1.610.430 mediante a emissão de 1.717.057.815 novas quotas.

Em 03 de novembro de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente a incorporação Thirlevel Soluções de Internet S.A. (Plugg.to), pela Linx Sistemas e Consultoria Ltda, no montante de R\$ 8 que passará de R\$ 1.610.430 para R\$ 1.610.438 mediante a emissão de 846.978 novas quotas.

Em 01 de dezembro de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente a cisão parcial da Vitta Tecnologia em saúde S.A, referente ao produto ClinicWeb. com a incorporação da parcela cindida pela Linx Sistemas e Consultoria Ltda, no montante de R\$ 956 que passará de R\$ 1.610.438 para R\$ 1.611.394 mediante a emissão de 95.602.173 novas quotas.

O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas, sem valor nominal e está dividido da seguinte forma:

Quotista	Quotas	Capital total (%)
Linx S.A.	156.301.636.638	97,00%
DLP Capital LLC	4.742.165.925	2,94%
Equals S.A.	95.602.173	0,06%
	161.139.404.736	100,00%

22.2 Reservas de capital

A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Plano de opção de compra de ações	50.398	43.423
	50.398	43.423

23. Provisão para contingências

A Empresa é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos mantém a provisão constituída no total de R\$ 24.114 (R\$ 22.325 em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.426	2.375	13.992	25.793
Adições	6.698	999	—	7.697
Baixas	(9.657)	(1.556)	(1.043)	(12.256)
Atualização	485	348	258	1.091
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.952	2.166	13.207	22.325
Adições	12.529	1.808	5	14.342
Baixas	(4.535)	(1.902)	(7.517)	(13.954)
Atualização	294	195	912	1.401
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.240	2.267	6.607	24.114

23.1 Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

A Empresa possui os seguintes litígios cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda avaliados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perdas possíveis estimadas:

	2022	2021
Civil	4.113	4.392
Trabalhistas	12.584	15.569
Tributário	65.306	49.717
Total	82.003	69.678

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 82.003 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 69.678 em 31 de dezembro de 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída uma vez que a Administração avalia que não seja mais provável do que não uma obrigação presente na data-base.

Quanto à natureza das referidas contingências, o processo de maior valor refere-se à Ação Anulatória de Lançamento Tributário, valor histórico de R\$ 47.898, o qual se refere à Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS sobre operações de locação de equipamentos e espaços de data center, realizadas no período entre janeiro de 2014 e dezembro de 2015, sob o fundamento de que as operações possuíam natureza de serviços de telecomunicação e, portanto, estariam sujeitas à incidência do imposto e multa. Quanto aos outros processos, se tratam, majoritariamente, de processos administrativos federais que avaliam a matéria de compensação tributária. O montante atualizado para este processo no período findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 52.846 (R\$ 49.310 em 31 de dezembro de 2021) já incluídos na posição de risco possível mencionado acima.

As possíveis contingências das empresas adquiridas são garantidas pelos antigos proprietários conforme contratos de compra e venda. A Empresa possui valores retidos suficientes para garantir esses compromissos, classificados na rubrica outros créditos no balanço patrimonial, com base nas diligências realizadas durante os processos de aquisições.

24. Receita

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional		
Receita recorrente	1.001.550	862.803
Receita não recorrente	117.947	109.237
(-) Impostos sobre vendas	(118.027)	(102.696)
Cancelamentos e abatimentos	(29.438)	(23.124)
Total (a)	972.032	846.220

(a) A Empresa não possui clientes que representam individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

25. Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Natureza		
Pessoal	(158.669)	(138.411)
Depreciação e amortização	(34.122)	(56.353)
Serviços de terceiros	(59.269)	(56.621)
Despesa com link	(90.588)	(58.461)
Viagens e estadias	(2.860)	(1.641)
Outros	(1.043)	(517)
Total	(346.551)	(312.004)

26. Receitas (despesas) operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Natureza		
Outras receitas	6.102	1.703
Pessoal	(316.980)	(305.664)
Depreciação e amortização ^(a)	(51.577)	(62.578)
Serviços de terceiros	(57.902)	(50.274)
Comissões	(68.273)	(51.686)
Despesa com link	(11.145)	(3.897)
Viagens e estadias	(7.607)	(2.336)
Propaganda e publicidade	(16.021)	(9.610)
Manutenção e conservação	(10.959)	(11.085)
Perdas eventuais	(7.730)	(6.098)
Aluguéis	(6.231)	(2.449)
Despesas com Informática	(3.440)	(2.568)
Outras despesas operacionais	(7.869)	(35.456)
Total	(559.632)	(541.998)

^(a) Os valores apresentados incluem a amortização do direito de uso no montante de R\$ 13.403 (R\$ 32.826 em 31 de dezembro de 2021).

27. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	12.355	3.224
Variação cambial	4.138	3.130
Juros Ativos	3.611	3.948
Desconto obtidos	1.902	595
Outras receitas	1.494	1.585
	23.500	12.482
Despesas financeiras		
Variação cambial	(3.334)	(3.179)
Juros passivos	(1.824)	(11.964)
Desconto concedidos	(20.867)	(17.040)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(69)	(1.117)
Impostos sobre operações financeiras	(1.044)	(4.911)
Valor presente líquido	(376)	(298)
Outras despesas	(7.755)	(10.209)
	(35.269)	(48.718)
Total	(11.769)	(36.236)

28. Gestão de riscos financeiros

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

28.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Empresa estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Empresa possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente não representa mais que 10% da receita recorrente.

A Empresa estabelece uma provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (Nota 8). A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber está representada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	96.830	19.568
Aplicações financeiras (Nota 7)	34.757	7.142
Contas a receber de clientes (Nota 8)	219.427	192.553
	351.014	219.263

28.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas significativas ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	60.033	—	—	60.033
Arrendamento a pagar (Nota 16)	16.188	21.725	30.978	68.891
Contas a pagar por aquisição de controladas-Earn Outs (Nota 18)	11.242	—	5.000	16.242
Contas a pagar por aquisição de controladas-Parcelas Retidas (Nota 18)	24.747	—	4.382	29.129
Contas a pagar por aquisição de controladas-Outras (Nota 18)	24.269	—	—	24.269
Outros passivos (Nota 21)	19.332	2.692	—	22.024
	155.811	24.417	40.360	220.588

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar e contas a pagar por aquisição de controladas.

Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

28.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, TLP, IPCA, IGPM, CDI e LIBOR e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade item 29.8.

28.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa.

28.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Empresa define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

28.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa.

	Valor Contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	96.830	96.830	19.568	19.568
Aplicações financeiras (Nota 7)	34.757	34.757	7.142	7.142
Contas a receber de clientes (Nota 8)	219.427	219.427	192.553	192.553
Outros créditos (Nota 11)	53.062	53.062	79.380	79.380
Total	404.076	404.076	298.643	298.643
Passivos financeiros				
Fornecedores	60.033	60.033	47.312	47.312
Arrendamento a pagar (Nota 16)	51.211	51.211	87.144	87.144
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 18)	67.013	67.013	53.348	53.348
Outros passivos (Nota 21)	22.024	22.024	17.621	17.621
Total	200.281	200.281	205.425	205.425

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	74.881	21.949	866	18.702
Aplicações financeiras (Nota 7)	34.757	—	7.142	—
Contas a receber de clientes (Nota 8)	—	219.427	—	192.553
Outros créditos (Nota 11)	—	53.062	—	79.380
	109.638	294.438	8.008	290.635
Passivos financeiros				
Fornecedores	—	60.033	—	47.312
Contas a pagar por aquisição de Controladas (Nota 18)	67.013	—	53.348	—
Outros passivos (Nota 21)	—	22.024	—	17.621
	67.013	82.057	53.348	64.933

28.7. Hierarquia de valor justo

O seguinte quadro demonstra a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos da Empresa.

Divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2022:

	Total	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Ativos mensurados a valor justo				
Aplicações financeiras (Nota 7)	34.757	-	34.757	-
Passivos mensurados a valor justo				
Arrendamento a pagar (Nota 16)	51.211	-	51.211	-
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 18)	67.013	-	24.269	42.743

Itens mensurados ao valor justo em bases recorrentes – Os passivos da Empresa relacionados as combinações de negócios são mensuradas ao valor justo com inputs de nível 3. A Empresa determina o valor justo do earn-out e qualquer alteração subsequente no valor justo aplicando abordagem de desconto baseada em probabilidade ponderada. O valor justo do earn-out é avaliado considerando pagamentos que a Empresa espera realizar com base em observações internas históricas.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação apropriadas com o auxílio de dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para esses ativos.

28.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados a variação da TJLP, TLP, CDI, IPCA, IGPM, IPC, SELIC e LIBOR, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Empresa estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2021, que foi de 13,65% (9,15% em 31 de dezembro de 2021) e este definido como cenário provável; a partir deste, foram de 25% e 50%.

Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	34.757	Diminuição do CDI	13,65%	10,24%	6,83%
Receita financeira			4.744	3.559	2.374

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Empresa estava exposta na data de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de aumento aos indexadores. Com base nos valores da TJLP, TLP, IPCA, IPC, IGPM, CDI, SELIC e LIBOR vigentes em 31 de dezembro de 2022, disponíveis na CETIP, IBGE, Banco Central, FGV, entre outros. Desta maneira foi definido o cenário provável para o ano de 2021 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2022. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aquisição de empresas	12.616	Aumento do IGPM	689	862	1.033
Taxa sujeita à variação			5,46%	6,83%	8,19%
Aquisição de empresas	1.310	Aumento do CDI	179	224	268
Taxa sujeita à variação			13,65%	17,06%	20,48%
Aquisição de empresas	19.466	Aumento do IPCA	1.125	1.407	1.688
Taxa sujeita à variação					

29. Pagamento com base em ações

Em 2021 após aquisição da Linx pela StoneCo houve a constituição do benefício de pagamento baseado em ações, foram outorgadas 114.220 novas UARs com o valor justo médio ponderado de ação R\$ 309,71 e período de aquisição (vesting period) de 5 anos.

a. Unidades de Ações restritas

O plano de remuneração, emitido em setembro de 2018, possui característica de outorga de Unidades de Ações Restritas (“UARs”). As concessões estão vinculadas a condições de desempenho individual e corporativo e seguem as regras de período de aquisição (vesting period) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas tem valor justo na data de outorga de R\$ 41,29 a R\$ 342,08 e possuem vencimento (“vesting period”) em tranches ao longo de um período de 1 a 5 anos. Em 2022, foram outorgadas 779.440 novas UARs, com preço médio ponderado de R\$ 44,50.

Em 31 de Dezembro de 2022 não haviam UARs a serem emitidas para os beneficiários.

b. Unidades de Ações de Desempenho

Em 2022, a StoneCo outorgou Unidades de Ações de Desempenho (“UADs”) relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados da Companhia. As outorgas estão sujeitas a condições de alcance de preço das ações da StoneCo em determinado período, sendo que a forma de outorga das ações segue também as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

O valor justo dos prêmios é estimado na data da outorga usando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que as UADs foram concedidas, e a respectiva despesa será reconhecida ao longo do período de aquisição. A condição de desempenho é considerada na estimativa do valor justo na data de outorga.

Em 2022, foram concedidas 280.083 UADs com valor justo médio na data da outorga de R\$ 3,09 e possuem vencimento (“vesting period”) em tranches ao longo de um período de 3 a 5 anos. O valor justo na data de concessão foi determinado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais da StoneCo e a taxa de câmbio, ambas na data da outorga.

O número de UADs a serem emitidos é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativos de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,10% a 3,12% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 77,3% com base no histórico da StoneCo.

Em 31 de Dezembro de 2022 não havia UADs a serem emitidas para os beneficiários.

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)



As movimentações ocorridas em 2022 e 2021 de UARs, UADs e Opções são apresentadas a seguir:

	UARs	UADs	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	114.220	—	114.220
Outorgas	779.440	280.083	1.059.523
Canceladas	(61.066)	—	(61.066)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	832.594	280.083	1.112.677

O efeito acumulado no período findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 8.682 (R\$ 18.578 em 31 de dezembro de 2021), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários.

O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de “plano de opções de ações” no período findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 50.398 (R\$ 43,423 em 31 de dezembro de 2021).